

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

PROJETO DE LEI N° 2.017/2020

Denomina de Nelson Almeida a alça rodoviária que interliga a PB-251 a BR-230, no Município de São Mamede, e dá outras providências. **Exara-se parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria.**

Parecer pela constitucionalidade e juridicidade - No que se refere à competência comum sobre a matéria, verifica-se que não há qualquer óbice constitucional para que o Estado da Paraíba trate dos assuntos que são abordados por esta matéria. No que se refere à juridicidade, entendemos que projeto não diverge de princípios jurídicos que possam obstar sua aprovação por esta Comissão, restando, ao contrário, inserido no ordenamento jurídico-positivo pátrio. É de se notar que obedece ao texto da Lei n.º 6.454/1977, que *“dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências”*. Por outro lado, a matéria é demais justa, merecendo total apoio dos ilustres deputados por reconhecer a relevante contribuição do homenageado para a sociedade paraibana, e mais especificamente para a população de São Mamede.

AUTOR(A): Dep. NABOR WANDERLEY

RELATOR(A): Dep. TACIANO DINIZ (Substituído pelo Dep. JÚNIOR ARAÚJO)

P A R E C E R N° 378 /2020

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para exame e parecer o **Projeto de Lei nº 2.017/2020**, de autoria do **Dep. Nabor Wanderley**, o qual *“Denomina de Nelson Almeida a alça rodoviária que interliga a PB-251 a BR-230, no Município de São Mamede, e dá outras providências”*.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em análise busca denominar de Nelson Almeida (Nelson da Carioca) a alça rodoviária que interliga a PB-251 a BR-230, no Município de São Mamede.

O autor justificou a proposição. Segue, a título de esclarecimento, a sua justificativa:

“A Travessia/Alça que interliga a PB-251 a BR-230 tem grande relevância no contexto rodoviário da região polarizada pelo Município de São Mamede, que consiste na conveniência da mobilidade rodoviária urbana pelo encurtamento de distância e comodidade dos meios de transportes de cargas e passeios que se utilizam daquela malha viária.

De igual modo é a denominação daquele trecho rodoviário de Nelson Almeida, carinhosamente apelidado de Nelson da Carioca, que muitos e importantes serviços prestou a Paraíba nos cargos que ocupou, sempre elevando a instituição que prestara seus serviços, com foco no bom desempenho das suas atribuições e no tratamento aos que serviu em vida.

O homenageado tinha carinho especial e ligação muito forte com o Município de São Mamede, onde residiu muitos anos, tendo sido Diretor da CARIOCA e da COOCEPA, empresa e cooperativa de beneficiamento de algodão. Foi Professor de Contabilidade Financeira, deixando importante legado por onde exerceu seu mister, fazendo crescer os órgãos e instituições onde o tempo e a história são seu maior testemunho de competência, tirocínio e capacidade gerencial por onde passou: Instituições Cooperativas, Banco do Nordeste do Brasil S/A, Banco do Estado da Paraíba, Banco Bradesco, Unibanco, Banco Nacional de Crédito Cooperativo – CNCC, INCRA e EMATER”.

De início, e nos termos do art. 31, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

No que se refere à competência comum sobre a matéria, verifica-se que não há qualquer óbice constitucional para que o Estado da Paraíba trate dos assuntos que são abordados por esta matéria.

No que se refere à juridicidade, entendemos que projeto não diverge de princípios jurídicos que possam obstar sua aprovação por esta Comissão, restando, ao contrário, inserido no ordenamento jurídico-positivo pátrio. É de se notar que obedece o texto da Lei n.º 6.454/1977, que *“dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências”*, uma vez que a matéria apenas atribui denominação, homenageando uma pessoa já falecida.

A técnica legislativa e a redação empregadas estão adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. Por outro lado, a matéria é demais justa, merecendo total apoio dos ilustres deputados por reconhecer a relevante contribuição do homenageado para a política e sociedade paraibana.

CONCLUSÃO:

Nestas condições, esta relatoria opina pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **JURIDICIDADE** do **Projeto de Lei nº 2.017/2020**.

É como voto.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 2020.



JÚNIOR ARAÚJO
- Deputado Estadual -
RELATOR

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

III - PARECER DA COMISSÃO¹

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em convergência com o Voto do Senhor(a) Relator(a), opina pela **CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE** do Projeto de Lei nº 2.017/2020.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 2020



RICARDO BARBOSA
Deputado Estadual

Presidente em Exercício



DEP. CAMILA TOSCANO
Membro



DEP. EDMILSON SOARES
Membro



DEP. JUNIOR ARAÚJO
Membro

DEP. TACIANO DINIZ
Membro



CABO GILBERTO SILVA
Deputado Estadual

DEP. POLLYANNA DUTRA
Presidente

¹ Parecer elaborado com assessoramento institucional do Analista Legislativo José João Correia de Oliveira Filho, Matrícula 290.858-1.